

Recomendação n° 49

Discussões UE-Maldivas para que as Maldivas adiram ao Acordo de Parceria Económica provisório do grupo da África Oriental e Austral com a União Europeia

Durante a assembleia parlamentar conjunta entre os países da Organização dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (OEACP, antigos países ACP) e a UE, em junho de 2023, as Maldivas manifestaram o seu desejo de aderir ao Acordo de Parceria Económica provisório do grupo da África Oriental e Austral com a União Europeia, que prevê isenção aduaneira para muitos produtos.

De acordo com informações disponibilizadas pelo Serviço de Ação Externa da União Europeia (EAS) na sua página oficial¹, a Quarta Reunião de Funcionários Superiores entre a União Europeia (UE) e as Maldivas decorreu em Bruxelas, no dia 13 de junho. Nesta ocasião, as Maldivas especificaram as suas expectativas: a eliminação de todos os impostos sobre as suas exportações de atum para a União Europeia². De acordo com o EAS da UE, “a UE e as Maldivas discutiram as medidas concretas dos próximos meses para este fim [integrar o APE]”.

A pesca do atum nas Maldivas depende principalmente da pesca com recurso a salto e vara. A pesca envolve um grande número de embarcações, predominantemente barcos de pequeno e médio porte, construídos localmente. De acordo com os últimos dados disponíveis até 2023, nesta pesca encontram-se envolvidos várias centenas de barcos. As Maldivas são um dos principais produtores mundiais de atum pescado com salto e vara, com capturas anuais muitas vezes superiores a 70.000 toneladas métricas. Os produtos de atum são um importante produto de exportação para as Maldivas, sendo a União Europeia um mercado chave.

Esta produção competiria diretamente com a pesca artesanal com salto e vara da UE nas regiões ultraperiféricas, embora não cumprisse padrões marítimos, higiénicos,

¹ https://www.eeas.europa.eu/node/430605_fr

² Artigo da revista online Atuna em anexo « Maldivas a avançar no acordo de livre comércio da UE » de 19 de junho de 2023

sociais e ambientais tão elevados.

O Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) está profundamente preocupado com as consequências prejudiciais que o afluxo maciço de produtos de atum de qualidade inferior, mas mais baratos, provenientes das Maldivas, a entrar no mercado da UE isentos de impostos, poderá ter nas economias frágeis das regiões ultraperiféricas e nas artes de pesca artesanais com recurso a salto e vara.

Além disso, na Comissão do Atum do Oceano Índico (IOTC), as Maldivas têm apoiado forte e consistentemente políticas através do grupo G16 que prejudicam claramente os interesses e as possibilidades de pesca da UE. Estas posições são especialmente adversas dentro do Comité Técnico de Critérios de Atribuição, onde negam regularmente à UE o seu estatuto de Estado costeiro e esforçam-se ativamente para diminuir drasticamente as quotas da UE no Oceano Índico. Ao longo dos anos, recusaram-se a cooperar com a UE na construção de critérios de atribuição justos, insistindo numa divulgação completa do histórico de capturas da UE aos estados costeiros em desenvolvimento. O CCRUP sublinha que uma redução tão forte das quotas da UE como solicitam afetaria profundamente as frotas europeias artesanais e industriais que operam na Reunião e em Maiote ou a partir destas.

Como tal, no contexto das discussões em curso sobre a adesão das Maldivas ao Acordo de Parceria Económica provisório do grupo da África Oriental e Austral com a União Europeia, o **CCRUP recomenda à Comissão Europeia** que:

- a) Garanta o envolvimento das partes interessadas relevantes, incluindo a indústria e uma sociedade civil capacitada, em todas as fases das discussões;
- b) Identifique os produtos do atum como “sensíveis”, tendo em conta a diferença de preços e de normas dos produtos de pesca das Maldivas e da Europa;
- c) Tenha em consideração as consequências altamente negativas que os produtos do atum das Maldivas isentos de impostos teriam na pesca artesanal e nas comunidades associadas nas regiões ultraperiféricas da UE;

d) Associe as discussões em curso à posição das Maldivas sobre as quotas da UE, no Oceano Índico.

Opinião da International Pole & Line Foundation (IPNLF)

A IPNLF discorda desta recomendação porque considera que proporcionar acesso isento de impostos aos produtos de atum das Maldivas nos mercados da UE, não terá necessariamente consequências negativas graves para a pesca artesanal e as comunidades nas regiões ultraperiféricas da UE. Assim, defende que a presente recomendação precisa de ser melhor fundamentada por análises credíveis das espécies, métodos de captura e mercados relevantes, antes de declarar estas graves consequências negativas como facto.

A IPNLF discorda ainda que a adesão das Maldivas ao Acordo de Parceria Económica Provisório com a UE, deva estar ligada às discussões sobre atribuição de oportunidades de pesca na IOTC.

Opinião da Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza (ATAN)

A ATAN discorda desta recomendação. Tal como o IPNLF, considera que não devem ser feitas afirmações sem qualquer estudo que as sustente.

Considera ainda que, em caso de acordo, este deve ser realizado aplicando as mesmas regras que os países da UE: navios, métodos de pesca, conservação, rastreabilidade, etc. até ao consumidor final, incluindo inspeção e controlo. Desta forma, o sector das pescas das Maldivas não teria qualquer vantagem competitiva em relação ao sector europeu, protegendo assim o nosso sector económico.